

## DEFICIÊNCIA, RAÇA E SEXUALIDADE: ENSAIANDO APROXIMAÇÕES

Lucas Teixeira Costa<sup>1</sup>

*Resumo:* Deficiência, raça e sexualidade são marcadores sociais historicamente instituídos, ou seja, dimensões atravessadas por dispositivos sociais e históricos, produzindo, conseqüentemente, campos identitários que por vezes se interseccionam. O objetivo deste trabalho é trazer para o debate de que forma o Estado Moderno, a partir da colonização e do liberalismo, foi solidificando posições de precariedade para os corpos negros, gays e com deficiência. Para tal, utilizar-se-á as contribuições de Mbembe (2018), Butler (2017) Robert Mcurer (2006), Foucault (2001) para problematizar-se a ideia do primitivo e da negação da humanidade, condição imposta ao corpo negro no primeiro capitalismo, se estenderá para outras existências subalternizadas, tais como pessoas com deficiência e dissidentes sexuais. A proposta é realizar um duplo movimento: revelar os jogos discursivos através da exposição de momentos históricos paradigmáticos da modernidade e, ao mesmo tempo, mostrar como o campo cultural artístico tem sido um importante mecanismo de resistência frente ao avanço do proeminente totalitarismo. Neste sentido, apresentar-se-á como proposta reflexiva trechos do documentário Crip Camp enquanto forma de confissão, visto que revela memórias clandestinas e permite a produção de narrativas autoficcionalizadas, na tentativa de produzir linhas de fuga frente a captura de subjetividades no contemporâneo, especialmente no diz respeito aos corpos gays, negros e com deficiência.

*Palavras-Chave:* Estado Moderno. Raça. Deficiência. Sexualidade. Crítica Cultural.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa: literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcia Endereço: [lucasteixeira1987@gmail.com](mailto:lucasteixeira1987@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Em meados de 2016, quando finalizei o mestrado em Psicologia Social, lembro-me de que as discussões sobre pautas raciais ocorriam somente entre os professores que tinham interesse sobre o tema, sendo um assunto relativamente pouco pesquisado no programa de pesquisa que frequentava. Mesmo após realizar a defesa, ainda mantive contato com o grupo de pesquisa e recebia e-mails sobre as produções realizadas pelos novos estudantes de pós-graduação. Chamou-me atenção o fato de que em 2018/2019 houve uma explosão de produções científicas (artigos, teses e dissertações) cujo tema central era a análise do conceito de “raça” e “negro” e suas implicações sobre as estratégias de enfrentamento ao racismo, promoção de saúde mental para população negra, análise das relações de poder e outros atravessamentos. Obviamente, este é um recorte baseado na minha experiência enquanto colaborador de um específico programa de pesquisa e que não representa o panorama geral das pesquisas sobre raça e negritude em território brasileiro.

Na medida em que observei o fenômeno de crescimento dos debates sobre raça e a condição negra, aflorou meu interesse para compreender os aspectos históricos e sociológicos do processo de colonização, especialmente a vinculação com os estudos sobre a emergência do Estado Moderno, advento do capitalismo e tradição de pensamento liberal, temáticas estas que já haviam sido objeto de análise de trabalhos anteriores, porém com recortes voltados para sexualidade, educação e neoconservadorismo político. Neste sentido, o encontro com as obras de Achille Mbembe foi um divisor de águas no mergulho prestes a ocorrer, tendo em vista a aproximação e alargamento do autor de conceitos foucaultianos, incluindo o conceito de biopolítica, conceito este do qual já havia utilizado em outras produções acadêmica.

Paralelo ao entusiasmo investigativo nascente, o campo da sexualidade sempre foi outro objeto de estudo de meu interesse, considerando que este marcador identitário implicava minhas próprias experiências de enfrentamento aos processos institucionalizados de homofobia, como denunciado por Giancarlo Cornejo (2015) em “guerra declarada contra o menino afeminado”, ao narrar os apagamentos sistemáticos que sofreu através de diversos dispositivos de controle, a exemplo das instituições de ensino e do discurso médico e científico. Posso afirmar que, de alguma forma, sempre senti os efeitos do enquadramento normativo na construção da minha identidade homoafetiva (BUTLER, 2017). Dessa forma, meu caminhar acadêmico tem me aproximando cada vez mais das discussões sobre sexualidade.

Destacar o lugar da experiência torna-se imprescindível quando se pretende narrar acontecimentos de si e do outro. Assim, foi através do contato diário com o atendimento com pessoas com deficiência, que emergiu mais um campo de estudo, porém com uma diferença significativa em relação à sexualidade e os estudos sobre raça: a discussão sobre deficiência ainda é tímida no campo da crítica cultural. Há sim produções interessantes, como as propostas pelo *desability studies*, porém, ainda fico com a seguinte indagação: Por que os estudos sobre deficiência não sofreram o “boom” discursivo como o campo da sexualidade e discussões étnicos raciais, já que estamos nos referindo a grupos subalternizados?

Embora o objetivo deste ensaio não seja necessariamente produzir uma resposta para a indagação, esta reflexão despertou em mim o desejo de compreender até que ponto os marcadores deficiência, raça e sexualidade se interseccionam, assim como demarcar os possíveis limites de cada campo identitário. Reconheço que existem diversos caminhos para imergir nessas

problematizações, mas considero a “crítica da razão negra” (MBEMBE, 2018) um bom atalho epistemológico, tendo em vista a principal revelação da obra ao demonstrar que a figura do “negro” e a criação do conceito de raça está no cerce do liberalismo e, conseqüentemente, da emergência do Estado Moderno. Segundo o autor, o surgimento da noção de humanidade, presente nos ideais iluministas, parte da negação da condição do negro, uma vez que o “homem” não deve ser representado por uma “espécie primitiva”, gerando o que nomeia de autorecídio, ou seja, o assassinato do outro.

A partir da contribuição do Mbembe (2018), pretendo expandir a leitura proposta para os corpos deficientes e que desempenham uma performance sexual homoafetiva, considerando que os processos de exclusão vivenciados pela comunidade negra no mundo ocidental se sustentam na mesma matriz que despeja outras experiências dissidentes, a saber, o conjunto de dispositivos de exploração e depreciação que servem de sustentáculo para capitalismo (racismo, sexismo, transhomofobia e o capacitismo). Para realizar esta travessia, convidarei fragmentos do documentário *Crip Camp — A revolução pela inclusão*.

A proposta é realizar um duplo movimento: revelar os jogos discursivos através da exposição de momentos históricos paradigmáticos da modernidade e, ao mesmo tempo, mostrar como o campo cultural artístico tem sido um importante mecanismo de resistência frente ao avanço do proeminente totalitarismo. Neste sentido, as produções literárias e cinematográficas tornam-se formas de confissão, revelando memórias clandestinas e permitindo a produção de narrativas autoficcionalizadas (ARFUCH, 2010; POLAK, 1989).

## **ESTADO MODERNO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA, RAÇA E SEXUALIDADE**

No dia 24 de junho de 2020 uma multidão reuniu-se em Charleston, na Carolina do Sul (EUA) para retirar a estátua do ex-vice-presidente John C. Calhoun. O ato ocorreu após o episódio do assassinato do jovem George Floyd por um policial branco em abordagem de rua, gerando intensa mobilização social. Calhoun é conhecido por suas posições políticas contra o absolutismo e a favor do liberalismo, mas também por ter sido um ferrenho defensor da escravidão, proclamando como um bem positivo e causa humanitária emancipadora.

A estátua de Calhoun representa parte da história do EUA, revivendo uma memória coletiva vinculada a processos de dominação e violência simbólica. A atitude da população em derrubar o monumento provoca uma ruptura da disputa narrativa da própria identidade nacional norte-americana, como um claro sinal de que aquele símbolo não merece ser reverenciado, visto que desperta traumas geracionais da comunidade negra (POLAK, 1989). Volkan (2007) realiza uma importante análise da psicodinâmica dos grandes grupos a luz da teoria psicanalítica, apontando para um trauma selecionado enquanto “representação mental partilhada de um acontecimento na história de um grande grupo no qual houve perda catastrófica, humilhação e desamparo nas mãos dos inimigos” (VOLKAN, 2007, p. 1203).

Nesse sentido, a máquina colonial e sistema escravagista são tomados como elementos cruciais na consolidação da traumatização sistemática sobre os corpos negros, já que foi através destes dispositivos que se efetivou no mundo ocidental a ideia do Outro, o negro, na qualidade do inferior, pré-humano, desprovido de humanidade e sob o qual se projeta uma série de imagens fantasmagóricas. Assim, a construção do conceito de raça se torna um ponto nodal para a expansão do olhar estigmatizado

sobre o negro e também da criação imaginária da díade África-Negro (APPIAH, 1997; MBEMBE, 2018; ROBYN, 2017).

“É verdade que nem todos os negros são africanos nem todos os africanos são negros. Apesar disso, pouco importa onde eles estão. Enquanto objetos de discurso e objetos de conhecimento, a África e o Negro têm, desde início da época moderna, mergulhado, numa crise aguda, quer a teoria do nome quer o estatuto e a função do signo e da representação” (MBEMBE, 2018, p. 30).

Apesar do conceito de raça ser relativamente recente na história da humanidade, foi em séculos anteriores que o olhar sobre o negro foi sendo construído na posição de abjeção, da diferença. Foi através do empreendimento colonial, ou seja, com a instauração do sistema de plantação e acumulação primitiva do capital que, paulatinamente, criou-se no imaginário social um sistema de hierarquia baseado em diferenças biológicas entre os grupos humanos, na tentativa de justificar a exploração do negro, pois a “*natureza o fez assim*” (gripo meu) (GUIMARÃES, 2005; MBEMBE, 2018).

Embora Foucault (2010) não se debruce sobre as discussões de raça e a condição negra, já apontava para a relação perversa existente entre o Estado, o poder e o racismo, revelando um conjunto de técnicas de controle e esquadramento não somente dos corpos, mas da espécie humana. O filósofo demarca uma dupla função do racismo: a de fragmentar o biológico e fomentar uma positividade nas relações de poder, ativando uma máquina de guerra capaz de aniquilar espécies inferiores, em função da manutenção da segurança da sociedade.

Se o biológico passa a determinar quem são sujeitos legítimos de representatividade social, quais os dispositivos que efetivam essa demarcação? E através de qual equação? É o que Mbembe (2018) busca responder em *crítica da razão negra*, ao afirmar que o Estado Moderno gera uma máquina de guerra que

permite a empresa colonial, sendo o liberalismo a ideologia que justifica a operação. O liberalismo constitui-se, então, na negação da condição negra, na medida em que seu advento se sustenta na exploração da mão de obra oferecida pela escravidão (ROBYN, 2017).

Mas de qual liberalismo estamos falando? Ou melhor: sobre qual história do liberalismo estamos nos referindo? A tradição do liberalismo e suas variadas formas de enunciação (político, religioso, econômico) nos apontam para um conjunto de pensamentos situados entre o séc. VX ao XVIII, que buscam ora lutar contra o poder absoluto dos reis, ora garantir o bem estar social e até mesmo a liberdade de participação política. Acontece que as versões do liberalismo entraram em conflito, pois se o lema central é a promoção de liberdade, por que a escravidão colonial foi o instituto de legitimação da expansão do pensamento liberal?

É preciso realizar uma contra história do liberalismo, já que a liberdade individual somente ocorre para os “os povos dos senhores” (LOSURDO, 2006, p. 230). A tarefa do Losurdo (2006) é justamente fazer essa varredura na história do liberalismo, expondo as fissuras discursivas presentes na narrativa hegemônica desta tradição do pensamento. Demonstra como a escravidão é, não somente compatível com liberalismo, mas, sobretudo, o alicerce para a instauração do regime e o estatuto que vai criar condições para o surgimento do capital.

Apresentadas essas noções introdutórias sobre a relação entre o Estado Moderno, racismo e liberalismo, cabe ressaltar que a condição de subalternidade vivida pelo negro ao longo da histórica ocidental irá se entender para outros grupos sociais, e podemos citar, por exemplo, pessoas com deficiência, que desempenham performances sexuais dissidentes, mulheres,

imigrantes, proletariado, dentre outros, como afirma Mbembe (2018):

“Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo. A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos de devir-negro no mundo” (MBEMBE, 2018, p. 20).

A experiência de ser considerada (o) coisidade — deixa de ser uma vivência específica dos povos africanos e se universaliza por todo o ocidente na medida em que o capitalismo vai se firmando enquanto modo de produção, capturando subjetividades, transformando sujeitos em moeda de troca e construindo uma concepção de humanidade onde todos os corpos que não se auto regularem e que não forem capazes de serem empreendedores de si, tornam-se assujeitados por estratégias de controle e governança da *bios* (FOUCAULT, 2010; MBEMBE, 2018).

Assim, Dias (2013) discute os efeitos da fabricação de poder sobre o devir-deficiente, ao historicizar os mecanismos de efetivação do capacitismo vinculado à gênese do pensamento liberal e, conseqüentemente, do capitalismo. Apresenta três aspectos estruturantes na construção social do capacitismo: as práticas eugenistas e seu impacto na compreensão da deficiência; a concepção de normalidade funcional e corporeidade e; por último, os efeitos nefastos do neoliberalismo para as pessoas com deficiência.

Segundo a autora, a ideologia de Francis Galton, considerada progressista a época, invadiu o imaginário coletivo e foi responsável por um processo de eugenia social, onde era incentivada a seleção de pessoas da mesma prole, na tentativa de garantir as características evolutivas de determinados grupos sociais. Além da dimensão racista e elitista, as propostas de



Galton eram impregnadas de misoginia, pois se sustentava no respeito à masculinidade violenta e dominação das mulheres.

Posteriormente, no período nazista, criam-se dispositivos jurídicos para efetivar o delírio da diferença das “espécies”. O holocausto, então, materializa a política de morte do Outro, através das tão conhecidas técnicas de esterilização, experimentos médicos e métodos de tortura e extermínio. É interessante observar, que embora os judeus tenham sido escolhidos como bode expiatório, outros grupos também sofreram perseguição, entre eles as pessoas com deficiência e de dissidências sexuais.

Reconhecer as estratégias biopolíticas sobre os corpos com deficiência e de dissidências sexuais não significa deixar de identificar as especificidades de cada marcador social, mas fazer revelar os abalos normativos provocados por essas alteridades na ocidentalidade. Um corpo com deficiência é geralmente lido como o corpo que falta, que não produz, da esfera da incapacidade. Uma série de estudiosos (DINIZ, 2007; DIAS, 2013; MCRUER, 2006) apresentam severas críticas a vinculação da deficiência a lesão corporal, ajudando a construir um modelo epistemológico cuja visão sobre a deficiência vai se afastar da concepção biomédica e se aproximar de uma concepção sociológica. Essa nova forma de compreender o fenômeno da deficiência é chamado de modelo social da deficiência<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Apesar do modelo social da deficiência apresentar uma visão que rompe com o paradigma biomédico tão presente nos primeiros estudos sobre deficiência, tem sofrido críticas, especialmente dos movimentos feministas, no sentido de trazer para o campo de discussão as experiências dos corpos com deficiência não somente pensando na acessibilidade e inclusão social, mas incluindo temas até então negligenciado nos estudos para PCDs, tais como: a dimensão da dor, a concepção do cuidado e a noção de interdependência.

Apesar do salto realizado pelos movimentos sociais de PCDs na construção do novo modelo, ainda é presente na contemporaneidade resquícios de uma visão estigmatizante sobre a pessoa com deficiência, afinal, assim como o gênero, a deficiência é construída socialmente. Ela se dá no encontro, na alteridade. O relato de Marco (2020) sobre sua experiência vivendo em uma sociedade capacitista é impactante. O Produtor audiovisual, que vive com deficiência congênita e também se identifica como gay revela como os saberes médicos e educacionais moldam a visão sobre a deficiência. Considerando que o saber produz poder, então é possível afirmar que tais saberes solidificaram formas hegemônicas de se relacionar com a deficiência, tais como, deficiência como lugar da ausência, da improdutividade, da inexistência de sexualidade ativa, da dependência crônica, da solidão, dos rótulos diagnósticos, só para exemplificar algumas categorias.

Aqui gostaria de fazer um breve comparativo entre a deficiência, a sexualidade e a raça. Partindo do campo da sexualidade, é público que temos assistido nos últimos anos o crescimento de discursos que duvidam que o desejo sexual seja da ordem da construção social. Basta lembrar do movimento contra a ideologia de gênero. Afinal, nascemos gays ou nos tornamos gays? Em relação à raça, não há incertezas: trata-se de uma ficção perversa fruto do colonialismo e do pensamento branco euronortemericano. Já a deficiência passou a ser vista com base na sociologia. Mas o que há de comum entre esses três marcadores sociais?

É a modernidade que irá inventar as categorias “deficiente”, “homossexual” e “negro”. E não só essas, como também o “louco”, a “mulher”, o “doente”. A necessidade compulsória de projeções ideológicas está no centro da modernidade. Se o nazismo foi à representação máxima do biopoder, como aponta

Foucault (2001), é o capitalismo que vai potencializar, através das relações de trabalho, as desigualdades já existentes no campo social. Se por um lado é necessária a criação de mão de obra, somente os corpos produtivos são aproveitáveis. Nesse sentido, as formas de exclusão irão operar de forma desigual em cada um desses marcadores. Sob o negro estabelece-se a mão de obra barata, para o homossexual o perigo da desestruturação familiar (compromete a reprodução) e o deficiente tem sua capacidade posta em dúvida.

Há outro aspecto de cruzamento entre essas identidades ocidentalizadas: a percepção da anormalidade. Tanto pessoas com deficiência, como gays e negros são atravessados pela construção moral da norma. A questão central é como a régua definidora do parâmetro de anormalidade é determinada pela exterioridade e pelo pensamento binário. Só existe o homossexual, pois o exercício da heterossexualidade é um imperativo na mentalidade ocidental. Da mesma forma, só existe o negro em contraposição ao lugar privilegiado do homem branco e, só existe a pessoa com deficiência a partir da comparação da “funcionalidade” das pessoas sem deficiência (FOUCAULT, 2001).

Abordar sobre nestes aspectos pode gerar, por vezes, uma atmosfera pessimista. Se vivemos no mundo moderno e sabemos quais foram seus elementos de sustentação, de que forma é possível resistir às camadas de sanção depositadas sobre estes devires? Como construir um capital imaginativo possível para esses corpos? Penso que o caminho se constrói no campo da experimentação, dos atos de criação. Por isso a proposta deste trabalho é, também, expor as narrativas universalizantes para depois implodir com elas, na tentativa de galgar um futuro pós-apocalítico (DELEUZE, 1987).

Desse modo, a arte sempre é uma potência de criação. Toca no inaudível, no indizível, traduzindo fluxos codificados. Por este

motivo, apresento aqui o documentário *Crip Camp*, produzido pela Netflix, lançado em 2020, cujo objetivo central é mostrar um panorama da luta por direitos civis das pessoas com deficiência nos EUA. O filme inicia com gravações de um acampamento realizado em 1969, em pleno movimento da contracultura. Nas filmagens em preto e branco somos convidados a realizar um movimento de projeção para aquele período histórico. A trilha sonora, embalada por músicas como Freedom do Richie Havens é um convite para penetrar no clima da comunidade hippie, aquecendo o telespectador para as revelações potentes apresentadas na sequência.

Mencionei acima que deficiência se produz no encontro e *Crip Camp* transpõe essa realidade. É através do encontro na diferença e pluralidade que os integrantes do acampamento percebem naquele espaço a possibilidade de verdadeira inclusão. Essa percepção não era somente das pessoas com deficiência, mas de todos os profissionais e colaboradores. A convivência em comunidade e a escuta integral das experiências de exclusão vivenciadas por PCDs torna o documentário um organismo vivo. Sobre o aspecto do encontro, um dos participantes relata:

“Todos os obstáculos que eu tinha por ser negro, as pessoas em cadeiras de rodas também tinham. Na minha cidade eu tinha que tomar cuidado para quem eu ia dizer as coisas. Era uma forma de sobrevivência que eu tinha. Tinha que tomar muito cuidado para não desrespeitar, não olhar o homem branco nos olhos. Tínhamos que estar cientes dessas coisas” (CRIP CAMP, 2020).

Outro aspecto de destaque é como a afetividade ocupava um lugar natural na construção da subjetividade das pessoas com deficiência. Apesar de relatarem que desde muito cedo sabiam que estavam sendo excluídas, naquele espaço as relações foram desenvolvidas com acolhimento e aceitação. A interdependência, conceito defendido pelas feministas na crítica ao modelo social da

deficiência, acontecia efetivamente no acampamento. Independentemente do tipo de deficiência, os integrantes praticavam ajuda mútua. Importava a necessidade do outro (CRIP CAMP, 2020; DINIZ, 2007)

Com o encerramento do acampamento, os integrantes precisam lidar com a realidade de um mundo pouco inclusivo, o que desperta sentimentos de exclusão, como relata Judy Heumann, líder do movimento político para PCD: “algumas espécies abandonaram os integrantes do grupo que possuem algum tipo de deformação, com os seres humanos não é diferente” (CRIP CAMP, 2020).

Sabemos que o imaginário social é povoado por ideias folclóricas sobre as identidades subalternizadas. A literatura e o cinema são cheios de exemplos dessas criações mentais humanas. Por exemplo, a presença de personagens de filmes de terror durante muito tempo foi representada por figuras de monstros, que são em grande parte pessoas com deficiência. Da forma semelhante, o negro como a figura do criminoso em potencial aparece fortemente em filmes da década de 50/60, no núcleo do cinema hollywoodiano. Ainda temos também a imagem da “bixa afeminada”, retratada nas novelas com um viés cômico, reforçando o estranhamento já naturalizado pela diferença.

O perigo da histórica única, apontado por Adichie (2019) é um claro exemplo de como as representações mentais se cristalizam nos sujeitos. “Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente” (ADICHIE, 2019). Assim, dizer que a deficiência é análoga ao déficit, a falta, a incapacidade, é apenas uma versão da história com deficiência. Já sabemos a quem interessa essas narrativas.

Appiah (1997) vai justamente confessar o quanto a literatura africana se torna refém de uma visão universalizada, apresentando como a África precisou ao longo de sua história reproduzir as línguas oficiais dos países colonizadores para se comunicar com o mundo, quando na verdade há uma imensa variedade linguística no continente. Parte dessa conduta diz respeito a uma estratégia de sobrevivência de um povo que sofreu as sanções colonizadoras por mais de uma década, mas também de como as táticas de governança se impregnaram de tal modo na cultura africana, que até mesmo aqueles que decidiam publicar na língua nativa (não oficial) podem ser acusados de um particularismo.

Por sua vez, Preciado (2020) e Mbembe (2018) nos faz pensar sobre os limites postos pelas revoluções humanitárias. Seria o novo soberano aquele que está na posição de privilégio? É inusitado observar como neoliberalismo inverte a narrativa, fazendo acreditar que o homem branco cisgênero, heterossexual e sem deficiência é o super-herói, quando na verdade representa a imagem do aprisionamento subjetivo dos corpos assujeitados.

“Depois dos abalos da revolução sexual e anticolonial do século passado, os heteropatriarcas embarcam num projeto de contrarreforma ao qual se unem agora as vozes “femininas” que desejam continuar sendo “importunadas/molestadas”. Esta será a guerra dos mil anos; a mais longa das guerras, pois afeta as políticas da reprodução e os processos através dos quais um corpo humano se constitui como sujeito soberano. A mais importante das guerras, portanto, porque o que está em jogo não é o território ou a cidade, mas o corpo, o gozo, a vida” (PRECIADO, 2020, p. 313).

Lacan (2005) analisou como o capitalismo impactou em um gerencialmente da vida através do gozo. Irá tratar a questão do gozo a partir de uma equivalência entre o "mais-de-gozar" e a noção de "mais-valia". Em alguma medida, o capitalismo faz funcionar uma espécie de manipulação mercadológica do gozo. O

controle do gozo, não mais somente da sexualidade, irá se transformar, então, na forma mais efetiva de reivindicar esse lugar da mercadoria, produzindo consequências em toda rede hegemônica da estruturação de poder.

Tenho refletido ultimamente sobre a negação da experiência do gozo (no sentido fálico e simbólico) para PCD. É muito comum as pessoas vincularem à deficiência a ausência do desejo sexual. Acredito que essa territorialização do desejo aconteça em decorrência dos efeitos da normatividade imposta pela modernidade e pelo capitalismo.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho apontei algumas considerações sobre como a posição de abjeção social da condição negra se tornou o *modus operandi* do ocidente em relação a todos os corpos que fogem da norma, dando enfoque às experiências da identidade homoafetiva e dos corpos PCD's. Narrar estes entrecruzamentos discursivos não é uma tarefa fácil e, obviamente, não se resume a discussão apresentada nestas linhas, mas penso que a construção de uma crítica cultural se dá a partir de problematizações que povoam a relação entre pesquisa e campo, entendendo campo a partir de uma dimensão da *práxis*, ou seja, um processo de transformação e afetação contínua que desterritorializa campos dominantes do pensamento.

Resistir às sanções impostas pelo capital em um mundo onde o valor se mede pelo quanto vale o seu corpo, o quanto pode ele ser produtivo, viril, dócil e funcional, exige uma coragem seja do ponto de vista político, como existencial, já que os enfrentamentos as diversas formas de capturas do contemporâneo ocorrem tanto no momento em que estamos reivindicando os direitos civis, quanto no próprio processo de

criação, seja através da pesquisa, como também da música, do cinema, da literatura e qualquer forma de produzir chamadas nos processos de normatização. Assim, espero que estas reflexões possam contribuir na construção de novos olhares sobre os marcadores deficiência, raça e sexualidade, visto que estes dispositivos são pouco estudados a partir de uma perspectiva interseccional.

Encerro esse conjunto de reflexões situando a necessidade de criar formas de enfrentamento diante dos dispositivos de controle engendrados pela modernidade, seja para PCD's, negros ou pessoas que desempenham performances sexuais dissidentes. Em tempos de avanço do neoconservadorismo e exercício da necropolítica penso que é imperativo construir uma política das sobrevivências, produzindo lampejos de esperança (DIDI-HUBERMAN, 2011).

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- APPIAH, Kwame A. Prefácio A invenção da África. In: APPIAH, Kwame A. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 9-15; p. 19-51.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BUTLER, Judith. O não pensamento em nome da normatividade. In: *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 197- 232.
- CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. Trad. Larissa Pelúcio, Quereres — São Carlos, *Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade*, Departamento de Sociologia | UFSCar. Consultado em: <http://www.ufscar.br/cis/2011/04/a-guerra-declarada-contra-o-menino-afeminado/> setembro de 2015.
- CRIP CAMP: a revolução pela inclusão. Direção de Nicole Newnham e James Lebrecht. Netflix. 2020.



- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vagas-Lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Revisão: Consuelo Salomé. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 11-65; p. 115-160.
- DELEUZE, Gilles. O ato de criação. São Paulo, *Folha de São Paulo*, Palestra de 1987, Edição brasileira: Folha, p. 02-14, 27/06/1999.
- DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense. 2007.
- DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: Simpósio internacional de estudos sobre a deficiência, 1, São Paulo, 2013. *Anais. SEDPCD/Diversitas/USP Legal*. São Paulo, 2013, p. 1-12.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. Martins Fontes. 2010.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP. Acesso em: 29 jul. 2022, 2005.
- LACAN, Jacques. *O triunfo da religião*. Rio de Janeiro: J. Zahar. Lévi-Strauss, C. As estruturas elementares de parentesco. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LIMA, Ari. Narrativas e memórias sobre a condição negra em Paris. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 5, n. 14, p. 627-647, maio/ago. 2020.
- LIMA, Fátima. Bionecropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 2033, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=es&nrm=iso). Acesso em 27 jul. 2022.
- LOSURDO, Domenico. *Contra História do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras. 2005.
- MARCO, Victor D. *Capacitismo: o mito da capacidade*. Minas Gerais. Letramento, 2020.
- MBEMBE, A. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014.
- MCRUER, Robert. *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. Nova Iorque: New York University Press, 2006.
- PRECIADO, Paul B. Meu corpo não existe. Alguns corpos. A destruição foi minha Beatriz. Carta de um homem trans ao antigo regime sexual. In: *Um apartamento em Urano*. Crônicas da travessia. Tradução: Eliana Aguiar. Prefácio: Virginie Despentes. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 223-225; p. 243-245; p. 297-300; p. 312-317.

POLAK, Michel. *Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROBYN, I.. Capitalismo, esquizofrenia e raça. O negro e o pensamento negro na modernidade ocidental. *Topoi*. v. 18, n. 36, set/dez: 696-703. 2017.

VOLKAN, Vamik D. Psicodinâmica da violência de grandes grupos e da violência de massas. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol 11, 1199-1210, 17 dez. 2007.